

PUC Viva

Nº 941 - 16/3/2015

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

VITÓRIA DOS DOCENTES

APROPUC, SINPRO E FUNDASP FECHAM ACORDO SOBRE DÍVIDA DE 2005

Todos devem se lembrar que, em 2005, a Fundasp não pagou os 7,66% relativos ao dissídio coletivo da categoria daquela ano. A APROPUC, por meio de assembleias com a categoria, discutiu exaustivamente, durante vários anos, com a Fundasp e Sinpro uma proposta de negociação para o pagamento integral da dívida e incorporação do índice devido. Como restaram infrutíferas as tentativas de negociação, uma vez que a própria Fundasp recuou de uma de suas propostas que havia sido aceita pela categoria, às vésperas da ocorrência da prescrição (que acarretaria o perecimento do direito às referidas diferenças), a APROPUC, por intermédio do Sinpro, como única alternativa, viu-se obrigada a ingressar com a reclamação trabalhista para reivindicar judicialmente tais direitos (veja histórico na página 2 desta edição).

Após o ingresso da reclamação trabalhista, a Fundasp, com o intuito de enfraquecer o sucesso da ação, propôs acordos individuais, extra-judiciais, com o pagamento de 60% da dívida sem a incorporação do índice, pagando 1% a título de vantagem pessoal.

A APROPUC manifestou-se contrariamente à via do acordo individual, não só em razão da natureza e da forma da proposta, que negava a incorporação integral do índice acordado em dissídio coletivo, mas também porque representava a tentativa de cindir e enfraquecer a categoria.

Após ganho de causa dos professores em primeira e segun-

da instâncias e pressionada com a proximidade do julgamento da causa no Tribunal Superior do Trabalho, a Fundasp retomou recentemente a negociação com a APROPUC e Sinpro.

Concluído o processo de negociação (vide detalhes na pag. 2), a proposta final foi submetida à assembleia dos professores da PUC-SP, convocada pelo Sinpro-SP para o último dia 10/3. A assembleia aprovou, por unanimidade, a proposta garantindo aos professores:

- 1.- Incorporação do reajuste de 7,66%;
- 2.- Aos professores que não assinaram os acordos individuais, ficou assegurado o pagamento integral da dívida acumulada de 2005 até 2015, acrescida de juros e correção monetária;
- 3.- Aos professores que assinaram o acordo individual, foi assegurada uma complementação, a ser paga após a quitação dos valores devidos aos que não assinaram o acordo individual.

Em relação à dívida acumulada no período, a Fundasp disponibilizará R\$ 30 milhões de reais, que serão pagos dentro de um prazo de 10 anos.

Quanto ao índice (7,66%), a incorporação será feita de forma isonômica a todos os professores dentro do prazo de 7 anos.

Professores, é importante ressaltar que a vitória acima só foi possível graças à luta dos professores que resistiram às tentativas da Fundasp de finalizar a questão sem o pagamento total dos valores devidos.

QUEM TEM DIREITO

Professores que não assinaram acordo individual

1. Incorporação do reajuste de 7,66% aos salários docentes, da seguinte forma:

- a) Incorporação de 1,0% em março/2015;
- b) De março/2016 até março/2021, incorporação de 1,08% (*) ao ano, garantindo, de forma integral, a recomposição da base salarial.

2. Em relação à dívida acumulada, o pagamento será realizado da seguinte forma:

- a) 4 parcelas iniciais de R\$ 600.000,00, pagas em abril, maio, junho e julho de 2015;
- b) 9 parcelas complementares, a partir de agosto/2015, de R\$ 213.000,00;

Importante ressaltar que este montante, que será quitado em 13 parcelas, corresponde exatamente aos 60% pagos pela Fundasp nos acordos individuais, pois serão calculados sobre uma base mais abrangente (10 anos, e não apenas 05 anos, como ocorreu nos acordos individuais).

A partir de abril/2016, e ao longo dos 04 anos subsequentes, a FUNDASP pagará parcelas mensais de R\$ 236.000,00, até a quitação total da dívida;

Os valores devidos a partir de abril/2016, serão corrigidos anualmente, mediante a aplicação do INPC acumulado durante os 12 meses anteriores.

Estima-se que o valor destinado à quitação integral do montante acima, para aproximadamente 170 docentes, represente R\$ 15 milhões

Professores que assinaram acordo individual

1. Incorporação do reajuste de 7,66% aos salários docentes, da seguinte forma:

- a. Conversão de 1,0% de vantagem pessoal em incorporação no mês de março/2015;
- b. De março/2016 até março/2021, incorporação de 1,08% (*) ao ano, garantindo, de forma integral, a recomposição da base salarial.

2. Em relação à dívida retroativa, o pagamento será realizado da seguinte forma:

- a) Após a quitação integral da dívida com os professores que não assinaram acordo extra-judicial, a Fundasp pagará 60 parcelas mensais de R\$ 236.000,00 a título de complementação.

Este valor não representa a restituição integral das perdas, mas tão somente um acréscimo ao montante já recebido anteriormente.

(*) A incorporação de 1,08% ao ano, durante o aludido período, será realizada de forma cumulativa, totalizando, ao final do período, o pagamento integral do correspondente a 7,66%.

Estima-se que o valor destinado à complementação, para aproximadamente 900 professores, represente R\$ 15 milhões

Para viabilizar o pagamento dos valores descritos acima, o Sinpro-SP disponibilizou o endereço http://www.sinprosp.org.br/processos_cadastro_login.asp para que os favorecidos pelo acordo inscrevam seus dados pessoais. Ao acessar a página, selecione a opção "PUC (Fundação São Paulo) (053/2010) - Reajuste 7,66%".

Dez anos de lutas dos professores

Em meio a uma crise sem precedentes a PUC-SP deixou de pagar o dissídio de 2005 aos seus professores. Durante vários anos a APROPUC solicitou a reabertura das negociações e alertava para o risco de acúmulo da dívida.

Em 2009, já com o reitor Dirceu de Mello, a APROPUC propôs uma tentativa de conciliação junto à Delegacia Regional do Trabalho. A Fundação apresentou uma proposta de pagamento do percentual da dívida e do reajuste em oito anos. Após contraproposta da APROPUC, a Fundasp reduziu a sua proposta original, com pagamento à vista de 50% do valor da dívida, corrigida pelo ICV-DIEESE, com recursos captados de instituições financeiras e a não incorporação do percentual de 7,66% à base salarial. A assembleia dos professores rejeitou a proposta, decidindo ingressar com ação judicial visando a cobrança desse valor.

Seguiram-se novas propostas da Fundasp, muito semelhantes àquela apresentada primeiramente, que os professores rejeitaram, por entenderem ser fundamental a incorporação na base salarial dos 7,66%.

ENTRADA NA JUSTIÇA

Diante do risco de perecimento do direito ao recebimento desses valores, não restou aos professores outra alternativa senão a propositura da ação judicial por intermédio do Sinpro.

Mesmo depois do ajuizamento da ação, a APROPUC se manteve permanentemente aberta ao diálogo para negociações, desde que a Fundação apresentasse uma proposta que incorporasse o reajuste de 7,66% devido e o pagamento da dívida, ainda que parceladamente.

Com a ação já em andamento, a Fundasp propôs acordos individuais, para o pagamento de 60% do valor da dívida, corrigida pelo ICV-DIEESE, e 1% do percentual devido de 7,66%, a título de vantagem pessoal.

Uma parte significativa dos

professores, cerca de 900, aceitou assinar o acordo individualmente, abdicando ao direito de pagamento dos valores restantes da dívida, considerando-a como quitada. Aproximadamente 170 docentes não celebraram o acordo proposto pela Fundasp.

NEGOCIAÇÃO FINAL

Recentemente, após vitórias dos docentes em duas instâncias, é que a Fundasp resolveu retomar as negociações.

A proposta inicial da mantenedora era quitar integralmente a dívida dos professores que não fizeram acordo por intermédio do pagamento de R\$ 15.000.000,00, em 60 parcelas, e a incorporação dos 7,66% para todos os professores, ao longo de aproximadamente 7 anos. Em relação à incorporação dos 7,66%, a APROPUC e o Sinpro insistiram na necessidade da mesma ocorrer de forma uniforme, garantindo a isonomia da recomposição da base salarial entre todos.

O Sinpro e a APROPUC propuseram, após o pagamento integral da dívida aos que não assinaram o acordo individual, uma complementação ao restante dos professores.

Em um primeiro momento, a FUNDASP se limitou a propor aos professores que assinaram o acordo, a ratificação do mesmo, o que significaria, na prática, a renúncia por parte dos mesmos ao recebimento de qualquer outra complementação.

O Sinpro e a APROPUC insistiram para que a Fundasp reavaliasse sua proposta, garantindo aos professores que assinaram o acordo alguma complementação.

Após várias rodadas de negociação, a FUNDASP acabou cedendo, aceitando pagar uma complementação de R\$ 15.000.000,00 aos aproximadamente 900 professores que assinaram o acordo individual. Ficou ajustado que este valor será pago após a quitação integral da

Uma vitória para ser comemorada

O acordo celebrado entre APROPUC, Sinpro-SP e Fundasp reflete fundamentalmente uma vitória daqueles professores que junto com a APROPUC acreditaram que a única via para a preservação de seus direitos é a ação coletiva da categoria.

A APROPUC e o Sinpro-SP lutaram em todos os momentos para que a proposta inicial da Fundasp fosse melhorada e que aqueles professores que até agora não haviam recebido nada tivessem, a curto prazo, um retorno próximo àqueles que já haviam feito acordo. Foi essa negociação que redundou no adiantamento de valores para a primeira parcela do pagamento.

Por outro lado a APROPUC e o Sinpro, cientes da necessidade de garantir a todos a

isonomia da base salarial do índice de reajuste, insistiram também para que fosse concedida uma complementação àqueles que, por diferentes razões, aderiram ao acordo individual proposto pela Fundasp.

Essa vitória dos docentes aponta o caminho para os futuros embates que teremos pela frente. Em um momento em que a lógica financeira se instaura na universidade em detrimento dos valores acadêmicos, em que as demissões se repetem tendo unicamente como parâmetro a sustentabilidade da instituição, cada vez mais se torna necessária a união dos professores em torno de sua entidade, para garantir uma resposta coletiva às ameaças que cada vez mais sofreremos e precisaremos enfrentar juntos.

dívida existente com os professores que não assinaram o acordo individual.

Em relação à quitação da dívida integral dos professores que não assinaram o acordo individual, a proposta inicial da Fundasp era realizar o pagamento de R\$ 15.000.000,00 por intermédio de parcelas que representariam 20% a cada ano.

A APROPUC insistiu para que no primeiro ano fosse pago, em parcela única, o correspondente a 30% da dívida, ou seja, o equivalente a 60% do valor que os professores que aderiram aos acordos individuais propostos pela FUNDASP já haviam recebido.

Durante as tratativas mantidas entre as partes, a Fundasp concordou com o pagamento desses 30% em 12 parcelas, porém, iniciando-as somente a partir de julho/2015.

Na última rodada de negociação, a APROPUC insistiu para que a Fundasp efetuassem um aporte maior de recursos iniciais, elevando o valor das 04 primeiras parcelas, com o início an-

teciado da primeira, já a partir de abril/2015, condição que acabou prevalecendo.

Com essa formatação, o acordo garantiu aos professores que não aderiram aos acordos individuais - e que, por este motivo, ainda não haviam recebido qualquer quantia - tanto a percepção, até novembro/2015, do montante equivalente ao pago pela Fundasp àqueles que aderiram aos acordos individuais, quanto a quitação integral do restante da dívida em aproximadamente 4 anos.

Importante destacar, uma vez mais, que a principal reivindicação da APROPUC e do Sinpro-SP, que era a incorporação dos 7,66% na base salarial foi garantida a todos os docentes da universidade. De outro lado, foi garantindo, também, o pagamento integral da dívida aos professores que não assinaram o acordo individual e uma complementação para os que assinaram o acordo, o que representa uma vitória significativa para a categoria.

APROPUC discute em assembleia situação da PUC-SP e pagamento da dívida

Reunidos em assembleia na segunda-feira, 9/3, os professores da PUC-SP discutiram a atual situação da Universidade, agravada com as demissões do final de 2014 e a proibição de substituição dos demitidos por docentes da casa.

No início da assembleia a professora Bia Abramides, diretora da entidade, relatou as negociações que a APROPUC e o Sinpro-SP vêm mantendo com a Fundasp para a quitação da dívida de 2005. A proposta descrita pela diretora foi aprovada unanimemente pela assembleia realizada no Sinpro-SP, na terça-feira, 10/3.

No ponto seguinte de pauta foram analisadas as demissões e seus desdobramentos no cotidiano da universidade. O presidente da APROPUC, João Batista Teixeira da Silva, relatou o encontro que a entidade manteve com o secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, onde ouviram do gestor as explicações sobre as demissões e a proibição de atribuição aos docentes da PUC-SP. Para o Secretário Executivo da Fundasp, as demissões ocorreram em caráter de excepcionalidade e não deverão repetir-se a curto prazo, a ação teve como pressuposto a sustentabilidade da instituição que não conseguia atingir os níveis de comprometimento de folha de pagamento exigidos pelo Ministério Público por meio do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Apesar de afirmar que a Fundasp, estatutariamente, tem

o direito de tomar esse tipo de decisão sem consulta à comunidade, padre Rodolpho comprometeu-se a conversar com as unidades acadêmicas antes de serem tomadas novamente tais medidas.

REAÇÃO DOS PROFESSORES

O professor João Batista informou que, antes de mais nada, a APROPUC foi até à Fundasp para manifestar a sua posição frontalmente contrária às demissões e à proibição de que nossos docentes assumam aulas vacantes. Para a entidade a manutenção de normas estritamente contábeis para o gerenciamento da universidade é extremamente danosa, retirando da PUC-SP todo o caráter de excelência acadêmica.

Vários professores se manifestaram condenando a ingerência da Fundasp nos destinos da universidade, uma vez que as atitudes tomadas no último período contrariam artigos do estatuto da PUC-SP e da Convenção Coletiva do Sinpro-SP. Todas estas transgressões devem possibilitar que várias demissões sejam questionadas judicialmente trazendo à universidade um dano ainda maior do que a própria demissão.

Além da falta de comunicação dos gestores da PUC com a comunidade, vários professores questionaram a posição de suas chefias e direções que aceitaram de maneira tácita as decisões da Fundasp/Reitoria.



A professora Bia Abramides faz sua intervenção na assembleia da APROPUC

A situação provocada pelas demissões, agregada ao prazo exíguo que a universidade prevê para a informação de horas de cada docente provocou uma situação de inúmeras incorreções no pagamento de março que, segundo a Divisão de Recursos Humanos deverá ser sanada em folha complementar ainda este mês.

Foram relatados também os encontros que a entidade manteve nos últimos meses com a Curadoria de Fundações para relatar a situação caótica que a universidade vem passando com demissões e falta de negociação de dívidas trabalhistas.

PROIBIÇÃO DE OUVINTES

A professora Regina Gadelha, diretora da APROPUC, relatou os problemas que vêm acontecendo em virtude da proibição por parte da reitoria de que alunos ouvintes permaneçam em sala de aula. A deliberação, além de proibir a presença destes alunos em

sala de aula, ameaça o professor que permite a sua presença com sanções disciplinares. Para Regina, esta atitude é a antítese da liberdade de cátedra, das aulas públicas, que sempre caracterizaram a PUC-SP. Por outro lado não cabe ao professor ser bedel proibindo que aluno x ou y não permaneça em sua aula. O ato é mais uma medida tacaña da administração da universidade, pois muitos dos alunos ouvintes transformam-se depois em alunos pagantes.

Finalizando, a professora Bia Abramides informou sobre a decisão do Conselho de Administração, Consad, de rever a portaria que proibia que um docente acumulasse funções administrativas. Alguns professores, no último Consad, levantaram a natureza acadêmica e não administrativa de horas relativas, por exemplo, à Clínica Psicológica. A DRH está reverendo cada uma destas situações para que horas com caráter nitidamente acadêmico não sejam consideradas administrativas.

Estudantes deliberam ações diretas contra reitoria e Fundasp

Na terça-feira, 10/3, às 18h30, aconteceu na prainha do campus Monte Alegre da PUC-SP uma assembleia dos estudantes. A atividade teve como objetivo apresentar pautas urgentes para o movimento estudantil e arquitetar formas de tirar as ideias do papel e torná-las realidade, abrangendo alunos de todos os cursos a fim de analisar como cada faculdade está e encontrar soluções que beneficiem a todos.

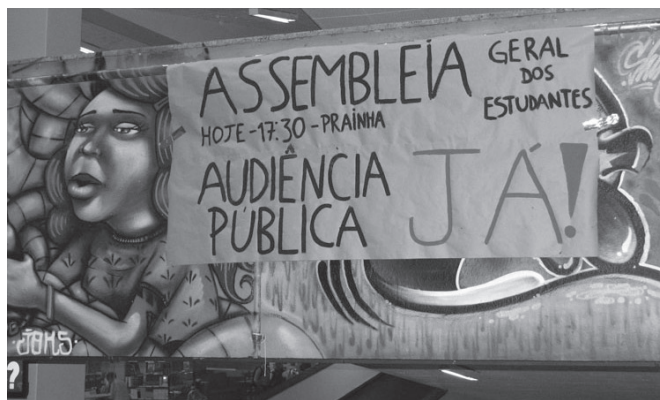
As deliberações tiradas em assembleia foram: acabar com o Conselho Administrativo da universidade (Consad) através de uma estatuinte, tendo em vista que o poder decisório de questões financeiras deve ser de cunho estudantil, de professores e funcionários; construir o chamado "bandejão modesto", que alguns Centros Acadêmicos já fizeram algumas vezes, como forma de oferecer alimentação a todos e ir de encontro com a atual decisão da reitoria de dar subsídio a partir de edital; criar uma creche permanente na universidade, visto que as instâncias administrativas da PUC-SP não tomam a iniciativa como prioridade.

Além disso, ainda foi decidido que será reivindicada a abertura do Pátio da Cruz, a ampliação do horário de funcionamento do bosque e a abertura do edital de bolsas da Fundasp antes do início das aulas; criar uma campanha de redução do preço das mensalidades; organizar uma comissão para formular maneiras de conseguir uma auditoria pública da dívida da PUC-SP e da abertura total de contas, para conseguir traçar um panorama de cada faculdade e seus gastos; e, por último, organizar uma agenda de ocupações se a Fundasp e reitoria continuarem ignorando as tentativas de diálogo do movimento estudantil.

Na ocasião, as últimas atitudes da Fundasp e reitoria foram

lembradas e criticadas, como a demissão em massa de professores e funcionários da universidade no fim do ano passado, defasando aulas e departamentos; as terceirizações dos setores competentes da PUC-SP; a intervenção da Fundasp dentro da universidade que está cada vez mais latente; turmas sendo fechadas; falta de permanência e acesso dos estudantes; cerceamento de atividades estudantis; falta de modernização e melhoras estruturais; problemas com ProUni e FIES; falta de novas contratações de professores e rotatividade.

Com o não comparecimento da reitoria e da Fundação São Paulo na audiência pública solicitada pelos estudantes na quinta-feira, 12/3, o movimento estudantil se reuniu em frente à reitoria da universidade para colar alguns cartazes nas paredes, questionando as atitudes autoritárias da administração da PUC-SP, como aumento do bandejão, aumento de mensalidades, fechamento de turmas, roubo dos móveis do Centro Acadêmico Benedito Paixão, do Jornalismo e outras reivindicações do movimento. Após gritar algumas palavras de ordem, sem se intimidar por conta das filmagens feitas pelos seguranças, os estudantes caminharam pela universidade para chamar os outros presentes para uma assembleia na Prainha logo em seguida. Durante a reunião lotada, os estudantes fizeram diversas propostas, como o já conhecido bandejão modesto, onde preparam alimentos e vendem pelo preço de custo, para mostrar para a universidade que é possível fazer uma refeição completa que não custe mais de R\$10, entre outras. Entre os encaminhamentos, foi marcada uma nova assembleia para terça-feira, dia 17/3, às 19h no Pátio da Cruz, para debater as próximas ações dos estudantes frente aos abusos da administração da universidade.



MARCELA REIS

Na Prainha cartazes chamam para a mobilização estudantil

Estudantes realizam aula pública sobre resistência na PUC-SP

O movimento estudantil realizou na quarta-feira, 12/3, uma aula na Prainha sobre a importância de se mobilizar contra as atitudes autoritárias da reitoria e da Fundação São Paulo. Estavam presentes na mesa a professora Beatriz Abramides, representando a APROPUC, o professor Jorge Cláudio Ribeiro, do departamento de Ciência da Religião, Fabio Nassif, jornalista formado pela PUC-SP, Dayana Biral, professora de história da rede pública formada pela universidade, e Eduardo Camiel, estudante de Letras da USP e diretor do DCE-Livre da USP. A professora Bia abriu o debate com o resgate do histórico de lutas e resistência da universidade, prin-

cipalmente no período da Ditadura Militar, e contextualizando o período mais recente na PUC-SP. Já o professor Jorge Cláudio, que foi editor do Jornal Porandubas na época da ditadura, contou um pouco da história do jornal e da importância que o TUCA teve durante esse período da história brasileira. Nassif, processado em 2007 quando a Polícia Militar entrou na universidade durante a greve dos estudantes, também fez um apanhado sobre as lutas dos estudantes, assim como fez Dayana em sua fala. Já Eduardo procurou explicar a situação da USP, e os motivos que levaram os estudantes a entrar em greve novamente ano passado.



ANNA COELHO

Professores e estudantes debatem em aula pública a resistência na PUC-SP

FALA COMUNIDADE

Reitora da PUC-SP espiona seus estudantes e joga a polícia contra seus desafetos sem nenhuma prova

Cauê Seignemartin Ameni

Se nos anos da ditadura a PUC-SP ficou conhecida por acolher perseguidos políticos, hoje a atual reitoria de Anna Cintra entrará para a história por denunciar, sem uma única prova, seus estudantes para o Estado. Ao contrário da reitoria que tramou seu ataque pelas sombras, nós, Cauê Seignemartin Ameni, Aline Mandelli, estudantes de ciências sociais, e Akira Pinto Medeiros, estudante de relações internacionais, estamos vindo a público expor nossa defesa. Não estamos escrevendo apenas como inocentes enfiados no meio de um processo kafkiano, intimidador e revanchista. Mas como vítimas de perseguição política, que superou todos os limites e já não se restringe mais aos muros da Universidade, mas às frias salas da delegacia.

Em meio à polarizada eleição de 2014, a PUC-SP foi palco de manifestações políticas de todos os lados, conforme sua tradição. No entanto, a Reitoria passou a ignorar pedidos oficiais de sindicância em relação à abusos praticados por alguns grupos, ao mesmo tempo em que preparava, sorrateiramente, a retaliação contra aqueles que denunciaram e que se manifestavam pacificamente.

Assim, um evento satírico intitulado "Fim de Carreira para Aécio e seu vice Adão", que passou a ser chamado "Mais amô, forró de Democracia na PUC-SP" -- mudamos o nome, inclusive para apaziguar os ânimos no campus -- fez com que a Reitoria se dirigisse à Secretaria de Segurança do Estado de São

Paulo (23.10.2014) para incriminar seus organizadores. Mesmo sem nenhuma prova em mãos, que não fosse alguns print-screens do evento que nada diziam de concreto, a Reitoria insinuou que os organizadores planejavam "atos de vandalismo, incitação a violência e venda e consumo de drogas".

Porém, um dia antes (22.10.2014), e aqui vem o ápice do absurdo, o grupo que hoje responde pelos "atos de violência" é o mesmo que denunciou com fotos e vídeos (ver vídeo <http://bit.ly/1wYRVzo>) agressões contra seus colegas que participavam do evento "Intelectuais e puquian@s com Dilma", terça-feira (21/10). O lamentável ocorrido foi alvo de repercussão na mídia, ganhando uma matéria da Vice e outra da SpressoSP.

Conforme Cauê, que fazia parte do Conselho de Cultura e Relações Comunitárias, pediu em caráter de urgência uma reunião com Jarbas Vargas Nascimento e toda a Pró-reitoria Comunitária, para que alguma medida fosse tomada diante do infeliz ocorrido. Entretanto, nada foi feito, não sabemos até hoje o porquê. Só tivemos alguma resposta quando nossas férias foram interrompidas para depor dia 6 de janeiro neste processo nosense. Como não tínhamos a mínima ideia sobre o que a denuncia se apoiava, apelamos para o advogado Carlos Augusto de Lucca, ex-estudante da PUC-SP, para pedir vista.

Agora, dois meses depois, com o inquérito em mãos podemos nos defender. Logo de início duas revelações tragicômicas chamaram nossa atenção. A primeira foi ver que o "perigo-

so" evento contava com a ilustre presença confirmada via facebook do Chefe de Gabinete da Reitoria Lafayette Pozzoli. Aliás, o que um professor do direito faria neste evento que envolvia "drogas e violência"? A segunda foi notar que a PUC-SP vem coletando e vigiando informações de seus estudantes de forma massiva sem nenhum consentimento. E embora a Reitoria tivesse enviado para a DP inúmeras fotos, nós, os "consumidores de drogas, vândalos e incitadores de violência" não estávamos numa única cópia. É desolador ver que nem para isso a Reitoria serve.

O quadro atual da PUC-SP é tão dramático, que a Universidade consegue fazer o oposto ao que se propõem: educar e dialogar. Que tipo de educação é essa que ao invés de dialogar, te vigiam e te incriminam? Por que não colocam a mesma energia para investigar os casos de abusos sexuais na faculdade de medicina de Sorocaba onde a CPI do Trote revelou que calouros são obrigados a ingerir fezes e vômitos? (ver <http://bit.ly/1E4TgUr>). Quem não lembra do slogan da PUC no vestibular: "Pensar te faz livre"? Uma verdadeira piada para uma Reitoria que persegue injustamente os estudantes com processos judiciais no lugar do diálogo.

Falando em diálogo, Jarbas Vargas Nascimento, Pró-reitor Comunitário, e Maria Margarida Cavalcanti Limena, Pró-reitora de Graduação, tem nosso contato pessoal e nunca abriram um inquérito policial para conversar com a gente sobre os inúmeros problemas da instituição. Gostaríamos de aproveitar os

holofotes dessa masmorra, para saber o posicionamento de outros professores membros ou apoiadores dessa reitoria, que também tem nosso celular e nos "curtem" no Facebook. Uma vez que estes "amigos" já fizeram até campanha dentro de nosso Centro Acadêmico (CACS) em 2012, antes da Anna Cintra ser nomeada antidemocraticamente.

A última vez que a PUC-SP saiu positivamente nos noticiários por conta de uma ação pioneira e transformadora foi graças ao projeto de grafite elaborado pelo estudantes do CACS (Ver matéria da VejaSP). No entanto, a Reitoria prefere levar a instituição a flertar com as páginas policiais e com os sites de humor ao estilo Sensacionalista. Ficamos a Imaginar a manchete: "A fim de participar do trote, uma das melhores Universidades de direito do Brasil espiona e incrimina estudantes por violência e envolvimento com drogas sem ter uma única prova".

A criminalização de um evento estudantil, a espionagem no campus, a grosseira invenção de acusações contra desafetos da Reitoria demonstram, sem sombra de dúvida, que a PUC-SP vai na direção exatamente oposta à dos anos de resistência à ditadura. Se antes ela era parte da luta pela democracia, hoje reitera as práticas de repressão e punição que ameaçam a liberdade -- e, o pior, vive da venda da imagem de que ela é a velha PUC-SP de antigamente.

Cauê Seignemartin Ameni é aluno da Faculdade de Ciências Sociais

GAUCHE NA VIDA

Onde estavam?

Guilherme Boulos

Quem acha que já viu tudo ficou pasmo no último domingo. Mal iniciado o discurso de Dilma sobre o Dia Internacional da Mulher, alguns dos bairros mais ricos e bem comportados das capitais do país foram invadidos por um bater de panelas e xingamentos contra a presidente e o PT. Foi a revolta da varanda.

Cheios de indignação, homens de bem, cidadãos respeitadores da lei e da ordem e jovens educados nas melhores escolas soltaram o verbo. Estavam cumprindo um dever patriótico, em defesa da moral e do povo brasileiro.

Muito bem. Mas como perguntar não ofende...

Onde estavam eles, no dia anterior, quando dez pessoas foram brutalmente assassinadas numa chacinha no Jardim São Luiz, zona sul de São Paulo?

Há suspeita de que os autores tenham sido policiais militares. Aliás a polícia matou este ano uma pessoa a cada 10 horas nas periferias paulistas. Ah, se fosse nos Jardins, a república já tinha caído.

Dez homicídios. Paz nas sacadas.

Mas não sejamos injustos! Eles estão preocupados com temas maiores. É o Brasil que está em jogo.

Está bem então. Onde estavam eles na maior entrega do patrimônio nacional, quando se repassaram os minérios, as telecomunicações e a energia para controle estrangeiro?

A privatária da Vale, da

Telebrás e do setor elétrico foi um crime de lesa-pátria e levou a perdas financeiras inestimáveis. Como se não bastasse, as privatizações foram conduzidas de modo corrupto, "no limite da irresponsabilidade", como disse à época um tucano.

dos cofres públicos em uma ano, ultrapassando os R\$ 415 bilhões do ano anterior?

R\$ 500 bilhões equivalem a mais de cem vezes os recursos desviados da Petrobras na investigação da Operação Lava Jato.

E, no mês passado,

que o ajuste fiscal -que faz os trabalhadores pagarem pela crise- foi um ato de "coragem" é inaceitável. Corte de investimentos sociais, aumento de tarifas e ataque a direitos trabalhistas é, sim, um ato de covardia.

Mas não é isso que indigna a turma da varanda. Envenenados por uma mídia que quer sangrar o governo e flerta com o impeachment, acreditando alguns desavisados que estão numa cruzada pelo Brasil, na verdade representam a tentativa de impor uma saída conservadora à crise do petismo.

É isso que novamente estará nas ruas em 15 de março.

Talvez sirva como lição para Dilma se dar conta de que a crise política está além dos muros do Congresso. E de que, se quer apoio popular para enfrentar a direita nas ruas, precisará reverter as medidas impopulares de seu governo. Fazer o ajuste para o outro lado, com taxaço das grandes fortunas, política de combate à sonegação e garantia de todos os direitos e investimentos sociais.

Este sim seria um ato de coragem. E faria a turma da varanda perceber que era feliz e não sabia.



Falta coerência à elite urbana do país. São arautos da moralidade seletiva e chegaram bem atrasados para denunciar a corrupção nacional.



E, para não ser acusado de "petralha", tomemos um fato mais recente. Onde estavam eles em 2013 durante o leilão do Campo de Libra -coração do pré-sal-, que entregou parte do petróleo a empresas multinacionais?

Silêncio em Perdizes. Nenhuma panela nas varandas do Lago Sul.

Talvez não estejamos compreendendo. A questão é a corrupção! Não podemos ficar parados vendo toda esta roubalheira!

Pois bem, vamos lá. Onde estavam eles quando, após a Operação Satiagraha, o banqueiro Daniel Dantas foi libertado e o processo anulado mesmo com todas as provas de corrupção, suborno e lavagem de dinheiro?

Onde estavam quando, em 2014, a sonegação fiscal -especialmente por grandes empresas e ricos- roubou mais de R\$ 500 bilhões

onde estavam quando explodiu o escândalo do HSBC pelo qual 342 magnatas brasileiros, junto com colegas de outros países, enviaram ilegalmente bilhões de dólares para o banco na Suíça?

Silêncio em Moema. Nenhuma panela nas varandas do Leblon.

Falta coerência à elite urbana do país. São arautos da moralidade seletiva e chegaram bem atrasados para denunciar a corrupção nacional. Não lembro de ter visto nenhum deles no último domingo pedindo reforma política com o fim do financiamento empresarial das campanhas.

Seu antipetismo, cada vez mais histórico, não é pelo muito que os governos petistas deixaram de fazer, mas pelo pouco que fizeram.

É evidente que o discurso de Dilma não merecia nenhum aplauso. Dizer

Guilherme Boulos é formado em Filosofia pela USP, professor de psicanálise e membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). O presente artigo foi publicado em <http://www1.folha.uol.com.br/columnas/guilhermeboulos/2015/03/1600297-0nde-estavam.shtml>

MOVIMENTOS SOCIAIS

Petroleiros se mobilizam por mais direitos

Na manhã de segunda-feira, 9/3, o Sindicato dos Petroleiros (Sindpetro) de Caxias (Maranhão) promoveu em frente à Transpetro um ato pelos direitos da categoria e criticando a política de desinvestimento que a direção da empresa tem desenvolvido. Além disso a mobilização teve o objetivo de denunciar o corte de adicionais dos trabalhadores próprios, as demissões de diversos trabalhadores contratados e a segurança inexistente na região do Terminal Campos Elíseos.

“Não podemos permitir que o Sistema Petrobrás seja desmantelado para atender aos planos privati-

zantes que sempre ameaçaram a empresa. Para nós, desinvestimento é igual a privatização e desemprego para a classe trabalhadora”, afirmou Simão Zanardi, presidente do Sindicato de Caxias, em entrevista ao jornal A Verdade.

A mobilização não parou por aí, com o lema “A Petrobrás é do Brasil”, o Sindpetro tem reunido a sociedade civil organizada a fim de conscientizar e esclarecer a população em relação aos pontos políticos que estão por trás do caso da Petrobrás. Na sexta-feira, 13/3, os petroleiros do Amazonas organizaram um ato pela tarde. A mobilização foi com-

posta por movimentos sociais, sindicatos, entidades de mulheres, de movimento estudantil e indígena entre outros.

“O pré-sal é importante para a saúde, é importante para a educação, delimita uma nova reserva geopolítica para o Brasil e traz à tona os interesses internacionais. A direita está trabalhando não só para derrubar a Petrobrás, como para derrubar a presidente, para mais lá na frente, dar um golpe e privatizar a Petrobrás, para que voltemos ao sistema de concessão”, informa Acácio Carneiro, presidente do Sindicato do Amazonas, em entrevista ao Portal do Movimento Popular.

MTST protesta em frente ao Ministério das Cidades

Um grupo de manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) fez um protesto na manhã de quarta-feira, 11/3, na frente dos Ministérios da Fazenda e das Cidades em Brasília. Segundo a Polícia Militar cerca de 200 manifestantes estavam presentes do ato que terminou por volta das 14h. Já o movimento estima cerca de 1300 pessoas.

Após serem recebidos por representantes dos Ministérios, os manifestantes tiveram uma conversa sobre as pautas do protesto: formatação do programa Minha Casa Minha Vida 3, fortalecimento da gestão direta e enfrentamento do monopólio das grandes empreiteiras e mobilização contra o ajuste fiscal feito pelo Ministério de Joaquim Levy.

“Estamos nos manifes-

tando no Ministério da Fazenda porque aqui eles privilegiam os ricos”, afirmou Thiago Avila, do MTST, um dos líderes do movimento. “Em um momento de crise, que não dá pra agradar todo mundo, a corda está se partindo para o lado da população (...). Se realmente não tem dinheiro, que deixem de pagar a dívida pública para os banqueiros”, disse em entrevista ao G1.

STÉDILE RECEBE AMEAÇA DE MORTE

Em nota o MST informou que: “Circula pelas redes sociais da internet um anúncio que pede “Stedile vivo ou morto”. Apresentando-o como líder do MST e “inimigo da Pátria”, o autor oferece uma recompensa de R\$ 10 mil para quem atender o seu pedido.

Em outras palavras, está incentivado e prometendo pagar para matar uma pessoa, no caso João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST. Há indícios que a ação criminosa partiu da conta pessoal no facebook de Paulo Mendonça, guarda municipal de Macaé (RJ). E foi, imediatamente, reproduzida pela maioria das redes sociais que diariamente destilam ódio contra os movimentos populares (...).

Haverá uma longa jornada para superar as dificuldades criadas pelos que se opõem a construir um país socialmente justo, democrático e igualitário. Somente assim, os saudosistas dos governos ditatoriais serão derrotados, e o povo terá a consciência de que defender o país é lutar pela democracia, e não o contrário, como imagina hoje o autor do cartaz criminoso.”

Funcionários da Sabesp tentam negociar demissões

Na terça-feira, 10/3, o sindicato que representa funcionários da Sabesp anunciou greve da categoria por tempo indeterminado. A paralisação irá começar no próximo dia 19 e manterá um quadro mínimo de 30% de trabalho. Porém, a intenção é que a greve nem venha a ser colocada em prática e que a Sabesp negocie e atenda às demandas da categoria antes da data. E no dia 18 haverá outra assembleia para decidir ou não pela paralisação.

O Sindicato dos trabalhadores de água e esgoto do Estado de São Paulo (Sintaema) denuncia a chamada “escala de demissões” de 2015. Quase 400 demissões aconteceram desde janeiro no estado de São Paulo e 160 estão agendadas para esse mês. Segundo o Sindicato, 80% das demissões estão ligadas à área operacional da empresa, que é o setor considerado central nessa crise hídrica. Já a Sabesp não comenta as demissões ou informa seu balanço de demissões.

“Nós não queremos que a população sofra mais, por isso manteremos um número mínimo de funcionários nas estações. E cuidaremos também para que funcionários trabalhem em caso de grandes emergências”, diz Renê dos Santos, presidente do sindicato.

Dos 15 mil funcionários da Sabesp, 7 mil são terceirizados, de acordo com o relatório da empresa de 2013. E além de pedir o fim das demissões, o sindicato reivindica garantias de que a divisão de participação de lucros acontecerá em abril.

A enorme crise de abastecimento do estado de São Paulo levou a Sabesp a investir em obras que forçaram a queda da receita da empresa. E de acordo com o sindicato, o objetivo da Sabesp é reduzir a folha de pagamento.

ROLA NA RAMPA

Sai o último índice para composição do reajuste dos professores

Na assembleia de 10/3 o presidente do Sinpro-SP, Luiz Antonio Barbagli, informou a divulgação do último índice que compõe a cesta de índices para o dissídio dos docentes do ensino superior. A média dos três índices ficou em 7,41% entre março/2014 e fevereiro/2015. Este número deverá ser levado como uma das referências salariais para a mesa de negociação com as mantenedoras. O índice que recompõe os salários dos docentes do ensino superior é tradicionalmente composto pela média do INPC (IBGE), ICV (Dieese) e IPC (Fipe). Sobre estes valores normalmente costumam-se reivindicar valores que reflitam ganhos reais para a categoria. Além do índice de reajuste também estão sendo negociadas pelos docentes algumas cláusulas sociais

que comporão a convenção coletiva de trabalho, entre eles estão assistência médica para cônjuges e companheiros; indenização em caso de redução de carga horária aceita pelo professor, correspondente ao número de aulas perdidas e proporcional ao tempo de serviço; computadores e rede wi-fi em todas as salas de aulas e sala dos professores. Professores e auxiliares da educação básica asseguraram 9,41% de reajuste salarial a partir de março. O índice repõe integralmente a inflação e ainda garante aumento real de 2%. O dissídio da educação básica registrou também um acordo sobre o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados, PLR, a escola que optar pelo pagamento parcelado do tributo poderá incluir ao índice de reajuste o valor de 2%

Bradesco não renovará em 2015 apólice de seguros da PUC-SP

O Departamento de Benefícios da Divisão de Recursos Humanos (DRH) da PUC-SP, enviou comunicado aos professores e funcionários que integram a apólice de seguros do Bradesco S/A., informando que o banco não renovará a apólice para o ano de 2015. Segundo a DRH: "Nos últimos anos, a apólice do seguro de vida complementar junto à Bradesco Seguros vem apresentando crescente déficit, gerando, inclusive, na

última renovação um reenquadramento das taxas, após muita negociação". A DRH também informou que: "Já estão sendo realizados estudos junto ao mercado segurador e nos próximos dias comunicaremos as alternativas disponíveis para contratação de um novo seguro de vida complementar". O seguro de vida Bradesco atinge uma parte dos professores e funcionários da PUC-SP.

FACHS esclarece sobre demissões na PUC-SP

Com relação ao histórico das demissões relatada na pág.02 do PUCVIVA de 09/03 p.p., informamos que a Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, FACHS, não indicou qualquer demissão, não foi consultada, bem como, discordou e questionou o mérito das mesmas

Direção da FACHS
Chefes de Departamen-

to da FACHS
Coordenadores de Curso da FACHS
Coordenadores de PEPG da FACHS

Nota da Redação: A carta da FACHS faz referência à fala do secretário-executivo da Fundasp de que algumas chefias indicaram nomes de professores para serem demitidos em dezembro de 2014.

Claudio Portela

O ex-funcionário do Centro de Processamento de Dados (CPD), Claudio Portela, nos deixou na última quarta-feira, aos 52 anos. Irmão da funcionária Rosana Portela, da Biblioteca, Claudio trabalhou cerca de 10 anos na

universidade, e segundo seus colegas de trabalho era o melhor jogador do time de futebol de salão da PUC-SP. Claudio deixará saudades eternas na família, que agradece pelo brilho que ele deu em suas vidas.

Mestrado em Educação tem a sua primeira defesa

No dia 27/2 aconteceu na PUC-SP a primeira defesa de tese do Programa de Estudos Pós Graduated em Educação: Formação de Formadores, do nível Mestrado Profissional, feita por Denise Maria Milan Tonello. O título do trabalho é "Portfólios na Educação

Infantil – Um Projeto de Intervenção Fundamentado na Ação Educativa", e foi orientado pelo Prof. Dr. Nelson Antonio Simão Gimenes, sendo extremamente elogiado pela banca examinadora pela qualidade de escrita e relevância do tema.



Na foto acima, da esquerda para a direita, Profa. Dra. Renata Provetti, Prof. Dr. Nelson Gimenes, Denise Tonello e Profa. Dra. Marli André.